



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos

Processo nº 0049958-03.2019.6.05.8000

Assunto: Recurso – Pregão Eletrônico nº 19/2020

Parecer nº 218/2020

1. A Diretoria-Geral submete à apreciação desta Assessoria Jurídica o recurso interposto pela empresa CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA., a qual se insurge contra o procedimento adotado na etapa competitiva do Pregão nº 19/2020, bem como contra a habilitação da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI – EPP (vencedora do Lote 1).

2. A Recorrente alega, em síntese, que (doc. nº 373923):

2.1. A classificação das propostas não respeitou as condições estabelecidas na “SUBSEÇÃO I – MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO”. Sustenta a empresa que, não tendo sido obtidas 3 (três) propostas fechadas, deveriam ter sido convocadas as licitantes subsequentes na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), para que ofertassem lances fechados, o que não ocorreu.

2.2. Os atestados de qualificação técnica apresentados pela INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI – EPP comprovaram o Certificado de Conformidade de Marca ABNT NBR 13966 para mesas retas/retangulares, com altura de 745 a 750mm, quando as especificações dos itens 1, 2 e 3 do edital se referiam a mesas em formato “L”, com altura entre 730 e 740mm.

3. Em contrarrazões, a Recorrida aduz que (doc. nº 373924):

3.1. O modo de disputa é controlado pelo sistema, não tendo interferência da equipe de Pregoeiros. Informa, ainda, que o procedimento transcorreu regularmente em relação ao Lote 2, sendo difícil asseverar que tenha havido erro em apenas um dos grupos.

3.2. Apresentou o certificado da LACHI, atendendo aos requisitos exigidos no certame, posto que “*O Edital não menciona que deve ser apresentado Certificado do móvel, ou similar, e sim apenas Certificado da Marca*”.

4. No doc. nº 373926, consta a decisão do Pregoeiro pela procedência parcial do recurso.

4.1. Quanto ao modo de disputa, foi rechaçada a existência de qualquer equívoco, tendo o Pregoeiro afirmado que, além da primeira colocada, foram convocadas as empresas ART BASE INDÚSTRIA

E COMÉRCIO DE MÓVEIS E PEÇAS PARA ESCRITÓRIO e MIRANTI INDÚSTRIA DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI. Consoante registrado na Ata (doc. nº 373890), a etapa fechada ocorreu no dia 02.04.2020, entre 14:54:31 e 14:59:32. Ratificou-se a ausência de ingerência nessa fase do procedimento.

4.2. No que toca à habilitação da LACHI, o Pregoeiro acolheu as argumentações da Recorrente. Interpretando a condição 11.1.7 do edital em conjunto com as prescrições do tópico 2.1 do Termo de Referência, concluiu que: *“Da leitura das regras contidas no edital e nos seus anexos, é preciso reconhecer que a Recorrente POSSUI RAZÃO ao aduzir que deveriam ter sido exigidas da Recorrida (declarada vencedora do LOTE 01) a prova de ter havido o fornecimento de mesas de escritório com tampo em formato “L”, na quantidade mínima de 315 (trezentos e quinze) unidades, todas elas com a certificação de marca de conformidade à norma ABNT NBR 13966/2008 ou à mais atualizada, tendo em vista que, este Tribunal, por igual, pretende adquirir mobiliário certificado desta espécie (itens 01, 02 e 03).”*

4.3. Assim, o Pregoeiro retornou à fase de habilitação para oportunizar à primeira colocada, ofertante do menor preço, a comprovação de que os atestados de capacidade técnica anexados no sistema quando do cadastramento da proposta atendem às exigências do edital.

4.3.1. No doc. nº 373935, acostou-se a Ata Complementar nº 1, relativa à sessão do dia 28.04.2020. Questionada, a INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI – EPP enviou os editais dos pregões que deram origem a dois dos atestados anteriormente encaminhados. Em complementação, o Pregoeiro consultou os *sites* da Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina, da Justiça Federal da Seção Judiciária da Bahia e do Comprasnet. Constatou-se que: a) o atestado da Polícia Federal comprova o fornecimento de 169 mesas autoportantes em “L” e 100 mesas peninsulares em “L”, ambas certificadas de acordo com ABNT NBR 13966:2008 ou versão mais recente; b) o atestado da JFBA demonstra a entrega de 93 mesas tipo “L” (itens 1 e 2 do Pregão nº 25/2016, que continham a obrigatoriedade de Certificado de Conformidade de Marca com a ABNT NBR 13966/2008)¹. Assim, a habilitação da empresa foi mantida.

4.3.1.1. Convém registrar que a Recorrente, em princípio, não concordou com a conduta do Pregoeiro, tendo remetido e-mail, cujo teor foi reproduzido no “*chat*”:

“Boa tarde Sr. Pregoeiro,

Estou nesse momento acompanhando as mensagens, e você entendeu errado o recurso, peço para ler novamente. O recurso foi quanto a não apresentação de certificado de conformidade de marca ABNT 13966 para mesas em "L", conforme era exigidos para o item 1, 2, 3. E não

¹ Toda a documentação relativa à habilitação da empresa LACHI consta no doc. nº 373892.

quanto aos atestados de capacidade técnica. Ele só apresentou os certificados de conformidade 13966 para mesas retas, sendo que o edital deixa claro que pede-se para mesas em "L". Por esse motivo, o Sr. deve imediatamente, desclassificá-lo, pois ele não pode anexar outros documentos após a fase de lances. Esse documento deveria ter sido apresentado quando fez a proposta e anexado ao sistema.”

Em resposta, o Pregoeiro teceu as ponderações a seguir transcritas:

“Conforme fora decidido por este pregoeiro, a abertura de convocação para o envio de documentos complementares foi assim realizada, apenas em relação aos atestados que já haviam sido anexados anteriormente no sistema pela empresa INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI, por ocasião do cadastramento de sua proposta.

Insta lembrar a todos e, em especial, ao senhor representante da empresa CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA que, conforme previsto no item 21.7 do Edital, o pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

Foi, inclusive, valendo-se dessa regra contida no edital, que este pregoeiro empreendeu todas as diligências posteriores e necessárias para o exame dos atestados de capacidade técnica anexados pela empresa CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA e que culminaram na sua habilitação.

Assim, não é isonômico admitir o pedido feito pela empresa CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA de que deve ser feita a inabilitação sumária da outra licitante, sem oportunizar que o outro licitante possa igualmente demonstrar que os atestados anexados atendem às exigências do edital.”

Considerando que ao final da sessão a CENTER MÓVEIS deixou de manifestar intenção de recorrer, depreendemos que a licitante se resignou à habilitação de sua concorrente.

É o relatório.

5. Inicialmente, impende ressaltar que a análise desta unidade jurídica se limitará às razões rejeitadas pelo Pregoeiro, consoante prescrevem as condições 12.7 e 12.8 do edital:

12.7. O Pregoeiro receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.

12.8. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

5.1. Ainda que a situação pareça *sui generis*, aplicam-se as disposições acima transcritas, senão vejamos. Após acolher o recurso quanto à habilitação da empresa vencedora do Lote 1, o Pregoeiro, revendo seu ato, retomou o certame, realizando diligências para esclarecer as informações constantes dos atestados da INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI – EPP. Nessa sessão, proferiu nova decisão (julgando a empresa habilitada), tendo, desta feita, transcorrido *in albis* o prazo para registro de intenção de recurso.

5.1.1. Embora não seja o objeto deste opinativo, entendemos que o Pregoeiro agiu acertadamente, no particular.

5.2. Caso tivesse acolhido *in totum* as razões da Recorrente, o processo mereceria apenas exame de regularidade prévio à homologação, não estando pendente decisão de recurso pela autoridade competente (dispensando, por consequência, a tramitação por esta ASJUR1).

6. Passando à questão do procedimento concernente à classificação das propostas, alinhamo-nos à conclusão do Pregoeiro. Com efeito, a etapa competitiva seguiu o regramento constante do edital:

7.8. Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

7.9. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.10. Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

a) O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo.

b) Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.11. Encerrados os prazos estabelecidos nas alíneas a e b da condição 7.10, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.12. Na ausência de lance final e fechado classificado, nos termos das alíneas a e b da condição 7.10, haverá o reinício da etapa fechada para que as demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo. Encerrado o prazo, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.13. Na hipótese de não haver licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o Pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, para as demais licitantes, seguindo o disposto na condição 7.12.

6.1. Pelas mensagens constantes na Ata do Pregão (doc. nº 373890), observa-se que, conforme estabelecido no edital, o sistema organiza a convocação dos licitantes, obedecendo a ordem de classificação, sem qualquer intervenção do Pregoeiro:

Pregoeiro	02/04/2020 14:54:31	A etapa fechada foi iniciada para o G1. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 361.310,0000 e R\$ 391.648,4000 poderá enviar um lance único e fechado até às 14:59:30 do dia 02/04/2020.
(...)		
Sistema	02/04/2020 14:59:31	O fornecedor da proposta no valor de R\$ 361.310,0000 não enviou lance único e fechado para o item G1.
Sistema	02/04/2020 14:59:31	O fornecedor da proposta no valor de R\$ 391.648,4000 não enviou lance único e fechado para o item G1.
Sistema	02/04/2020 14:59:32	A etapa fechada do item G1 foi encerrada.

6.2. Participaram da etapa fechada, portanto, o autor da melhor oferta (INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI – EPP) e os licitantes com propostas até 10% (dez por cento) acima do menor preço (MIRANTI INDÚSTRIA DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI e ART BASE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E PEÇAS PARA ESCRITÓRIO)². Ao término dessa fase, foi classificada em primeiro lugar a empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LACHI EIRELI – EPP (proposta com preço abaixo do valor estimado, exequível, e objeto adequado às especificações técnicas).

6.3. A convocação de licitantes cujas propostas superam o valor de corte (dez por cento acima da melhor oferta) somente seria cabível se não houvesse, no mínimo, três licitantes enquadrados nessa faixa (condição 7.10, “b”).

6.4. A repetição da etapa fechada, delineada na condição 7.12, ocorreria na hipótese de deserção, ou seja, se nenhum dos licitantes convocados tivesse se valido da oportunidade de ofertar novo lance final. De acordo com as informações do Pregoeiro (doc. nº 373926), não foi o que ocorreu, tendo a empresa MIRANTI INDÚSTRIA DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI encaminhado proposta intermediária³.

6.5. Não procede, assim, a interpretação conferida pelo Recorrente no sentido de que seria exigível o efetivo envio de, no mínimo, três lances fechados.

6.6. A finalidade da limitação imposta pelo § 2º do art. 33⁴ (que retoma a disciplina do pregão presencial)⁵ é justamente “forçar” que os licitantes ofertem os seus melhores preços e, assim, aumentem as chances de participar do modo de disputa fechado. Pretendeu-se eliminar o fator

2 Não conseguimos visualizar esses dados na Ata (doc. nº 373890). Reproduzimos as informações do Pregoeiro (doc. nº 373926).

3 Ainda em conformidade com as informações do Pregoeiro, o lance encontra-se registrado na “tela de julgamento” do pregão, não disponibilizada para consulta.

4 “Art. 33. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o inciso II do **caput** do art. 31, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos. (...) §2º Encerrado o prazo de que trata o § 1º, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.”

5 Anexo I do Decreto nº 3.555/2000: “Art. 11. A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras: (...) VI - o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço; VII - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas; VIII - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;”

“sorte” que existia no procedimento anterior: o licitante vencedor era aquele que conseguia dar o último lance antes do encerramento aleatório.

6.7. Por tudo quanto exposto, opinamos pelo indeferimento do recurso interposto pela CENTER MÓVEIS E DESIGN LTDA.

É o parecer, *sub censura*.

Salvador, 08 de maio de 2020.

Patrícia Caleffi
Técnico Judiciário